

Tecnológica e Inovadora: Perspectiva da Atuação da Mulher em Empreendimentos Sociais Brasileiros

Edileusa Godói-de-Sousa¹, Andréa Costa Van Herk², Lizandra Ariane Machado de Castro³, José Eduardo Ferreira Lopes⁴, Marlos Rocha de Freitas⁵

¹Universidade Federal de Uberlândia – edileusagodoi@ufu.br

²Universidade Federal de Uberlândia – andreaherk@ufu.br

⁴Universidade Federal de Uberlândia – jeflopes@ufu.br

⁵Universidade Federal de Uberlândia – marlos01@yahoo.com.br

KEYWORDS

Desenvolvimento social;
Empreendedorismo
feminino;
Emancipação da mulher.

Received 12.01.2017

Accepted 28.11.2017

ISSN 1980-4431

Double blind review



ABSTRACT

Este estudo objetivou discutir os princípios do desenvolvimento social vivenciados na perspectiva da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil. Para a pesquisa empírica, analisou-se as informações de 21.859 empreendimentos solidários, envolvendo cerca de 1.650.000 homens e mulheres. A análise utilizou estatística descritiva e inferencial, análises de frequências, testes para diferença de proporção e representação gráfica dos dados como forma de resumir uma grande quantidade de dados e mostrar seu comportamento. Os resultados apontaram que a capacidade da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil ainda é pequena, restringindo-se a uma dimensão comunitária local. As implicações deste trabalho pressupõem que para o desenvolvimento social, na perspectiva da atuação da mulher nesses empreendimentos, é necessário melhorar a qualificação das gestoras sociais, além de orientá-las com relação a um projeto ético-político emancipatório. As limitações desse trabalho relacionam-se à análise de caráter amplo e genérico, não permitindo apontar, com maior precisão, locais e setores que apresentam as maiores discrepâncias entre gêneros. Assim sendo, pesquisas futuras que contemplem análises setoriais ou que apresentem um diagnóstico por unidades federativas podem contribuir para identificar de forma mais pontual, localidades e setores da economia que devem ser priorizados em planos e ações que visem reduzir os contrastes entre gêneros de forma mais célere na sociedade brasileira. A originalidade deste trabalho, pode ser expressa pela análise abrangente que envolveu mais de um milhão e meio de pessoas, além de identificar a dimensão de atuação das mulheres nos empreendimentos sociais brasileiros.

KEYWORDS

Social development;
Female
entrepreneurship;
Emancipation of
women.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the principles of social development experienced from the perspective of women's role in social projects in Brazil. For empirical research, we analyzed information from 21,859 solidarity enterprises, involving about 1.65 million men and women. The methodological procedures consist on using descriptive and inferential statistics, frequency analyzes, tests for difference of proportion and graphical representation of data as a way of summarizing a large amount of data and showing its behavior. The results showed that women's performance capacity in social projects in Brazil is still small, restricted to a local community dimension. The implications of this study assume that for social development from the perspective of women's role in these business activities, it is necessary to improve the skills of social management, and target them with respect to an emancipatory ethical-political project. The limitations of this work are related to the analysis of a broad and generic character, not allowing to point, with greater precision, places and sectors that present the greatest discrepancies between genders. Therefore, future surveys that contemplate sectorial analyzes or that present a diagnosis by federative units can contribute to identify, in a more specific way, localities and sectors of the economy that should be prioritized in plans and actions aimed at reducing the contrasts between genera more quickly in Brazilian society. The originality of this work can be expressed by the comprehensive analysis that involved more than one and a half million people, in addition to identifying the extent of women's participation in Brazilian social businesses.

1 Introdução

Embora muitos aspectos do desenvolvimento humano tenham experimentado progressos nos últimos 20 anos, houve no mesmo período, aumento de desigualdades entre nações e dentro dos países. Para cada país onde a desigualdade foi reduzida nos últimos 20 e 30 anos, mais de dois viram a disparidade aumentar (Bose & Godói-de-Sousa, 2012).

A pobreza vivida por milhões de pessoas, suscita questionamentos sobre soluções, caminhos, alternativas e possibilidades que efetivamente tenham potencial para modificar esse cenário. Dados inseridos em relatório divulgado pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ilustram a dimensão do problema, pois alertam para o crescimento do desemprego, enquanto mais de 1 bilhão de pessoas sofrem de fome crônica no mundo todo.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013, revela progressos consideráveis. Entretanto, observa-se que em 104 países abrangidos pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), estima-se que cerca de 1,56 bilhão de pessoas - ou mais de 30% de suas populações combinadas - vivam em situação de pobreza multidimensional. O Anexo Estatístico desse relatório também inclui o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), projetado para medir as desigualdades de gênero, de acordo com os valores nacionais relativos à saúde reprodutiva, empoderamento e capacitação das mulheres no mercado de trabalho. Os resultados apontam altos índices de desigualdade de gênero, principalmente na África Subsaariana, sul da Ásia e nos países árabes (RDH, 2013).

A mensagem essencial transmitida neste e em anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano é a de que o crescimento econômico não se traduz, por si só e automaticamente, em progressos no desenvolvimento humano. O RDH (2013) identifica quatro domínios específicos, que visam a manutenção da dinâmica de desenvolvimento: (1) melhorar a equidade, incluindo a dimensão do gênero; (2) proporcionar uma maior representação e participação dos cidadãos, incluindo os jovens; (3) enfrentar as pressões ambientais; e (4) gerir as alterações demográficas.

Nessa direção, observa-se uma proliferação

de iniciativas que procuram fazer frente às estruturas, valores e pressupostos fundantes da economia tradicional. Os empreendimentos sociais nascem e se consolidam como uma das vias de atenuação da miséria em ações de potente impacto local, promovendo a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas (Bose & Godói-de-Sousa, 2012).

O Empreendedorismo Social, portanto, emerge como via promissora da renovação da intervenção social, no sentido de promover o desenvolvimento social. Mais pragmaticamente, o empreendedorismo social pode se caracterizar pela intervenção social por meio da criação de formas alternativas de produção econômica associada à participação social e democrática (Godói-de-Sousa, 2010). As capacidades de inovação, de identificação e de aproveitamento de oportunidades para a criação de novos negócios, mercados e capital social estariam a serviço da geração concomitante de valores sociais e econômicos. Para tanto, não existe um modelo a ser seguido; a forma organizadora de um empreendimento social deve ser uma decisão tomada com base no formato mais eficaz de mobilizar os recursos necessários para enfrentamento de problemas sociais (Fischer, 2011; Quintão, 2004).

Nesse contexto, o empreendedorismo social feminino, ainda de forma tímida, vem sendo estudado (Vale, Serafim & Teodósio, 2011). Todavia, na prática, a atuação das mulheres ainda permanece invisível do ponto de vista das políticas que dirigem a economia atual, não permeando os debates em torno de questões como políticas de geração de emprego, mundo do trabalho e globalização. “[...] não dão visibilidade àquelas que não têm espaço político e são silenciadas em suas tarefas cotidianas (Quintela, 2006, p. 8)”. Segundo Azevedo *et al.* (2008), o trabalho produtivo das mulheres aparece mais como uma ajuda do que como parte efetiva integrante da renda familiar, mesmo quando muitas vezes elas se configuram como o único esteio da família. Entretanto, para Sales (2007), mesmo na invisibilidade, as mulheres estão plantando, colhendo e cultivando o desejo de usufruir da terra com o seu trabalho.

Essa perspectiva também é apontada por Nogueira (2004) a partir do desequilíbrio e da exploração do trabalho perante o contingente masculino e feminino. Nesse cenário, a autora oferece o recorte dos empreendimentos com caráter

solidário, buscando uma solução para minimizar essa desigualdade, uma vez que as organizações que compõem a emaranhada área do terceiro setor, principalmente as que geram trabalho e renda, assentam-se no conceito de ajuda mútua e sustentabilidade. Apresenta-se, nestas organizações, uma perspectiva de valorização do trabalho feminino, fora do ambiente doméstico, seguindo a agenda de Cardoso e Teodósio (2012), que traduzem a partir das dimensões econômica, social e política, a emancipação e possibilidades para que grupos sociais e, principalmente, figuras femininas ganhem mais autonomia e representatividade, ilustrando uma (re) significação do trabalho.

Essa questão, que já havia sido apresentada por Kaloustian (2000), aportou-se na contemporaneidade do século XXI para declinar sobre a modificação dos arranjos familiares, apontando muitas mulheres como chefes de famílias, tanto no meio urbano quanto no rural. No entanto, são poucos os estudos brasileiros que procuram identificar as relações existentes entre as atividades executadas por meio de empreendimentos sociais formados por mulheres (Vale, Serafim & Teodósio, 2011) e o desenvolvimento social.

Para avançar nessa construção, que amplia e enriquece o debate sobre gênero na sociedade brasileira, o presente artigo buscou compreender: Como os princípios do desenvolvimento social estão sendo vivenciados na perspectiva da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil? A intenção é apontar o trabalho das mulheres no ambiente dos empreendimentos sociais, numa perspectiva de transformação dos parâmetros básicos que dão suporte ao desenvolvimento local e social. Neste sentido, este estudo contempla dupla relevância: oportunidade de tratar um tema academicamente pouco explorado, mas importante para o desenvolvimento de pesquisas correlatas; e por apresentar especificidades relacionadas à atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil.

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo se inicia com a construção de um arcabouço teórico que apresenta a noção contemporânea sobre desenvolvimento social. A seguir é discutido o desenvolvimento social na perspectiva da atuação das mulheres em empreendimentos sociais. A interface entre a fase teórica e empírica da pesquisa é composta pela análise do banco de dados do

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), com as informações nele contidas sobre 21.859 empreendimentos solidários, envolvendo cerca de 1 milhão e 650 mil homens e mulheres, segundo um conjunto de prismas de análise estatística.

2 Referencial Teórico

2.1 O desenvolvimento social em debate

O intenso crescimento econômico ocorrido a partir da década de 1950, em diversos países semi-industrializados, entre eles o Brasil, não se traduziu necessariamente em maior acesso à saúde, à educação e à bens materiais e culturais. Isto deu origem a um intenso debate internacional sobre a temática do desenvolvimento (Veiga, 2005).

O tema tem ocupado a centralidade nas discussões em diversas dimensões que impactam nas perspectivas da qualidade futura de vida, considerando aspectos econômicos, políticos, culturais, geográficos e outros que constituem uma série de interfaces que se comunicam de maneira indissociável. Contudo, para Penko (2010) os caminhos a se traçar sobre o desenvolvimento estão longe de serem concordantes.

“Em decorrência, apesar das divergências manifestadas, o debate encaminha-se para a crescente problematização do conceito da qualidade de vida e os consequentes impactos sociais, ambientais e econômicos para alcançá-la. Embora, tradicionalmente, a noção de desenvolvimento tenha se associado quase que exclusivamente à perspectiva econômica baseada no crescimento econômico (Penko, 2010, p. 54).”

Sachs (2004) vê no sentido do desenvolvimento a maximização de oportunidades que habilitem os seres humanos a manifestarem potencialidades, talentos e imaginação que tragam auto realização e felicidade. Estas oportunidades podem ser criadas em empreendimentos individuais e coletivos combinados e em tempo dedicado a atividades não produtivas.

Nessa perspectiva, o termo desenvolvimento social se redefine a cada situação e pela análise de várias mudanças que ocorreram ao longo do tempo, pode-se notar como o conceito de desenvolvimento social é particularmente difícil de ser proposto. Righi, Pasche e Akerman (2006) alegam que “Promover o desenvolvimento social é refutar a ideia de que somente o crescimento econômico

possa gerar melhorias nas condições de vida através da teoria do gotejamento, ou que, só com o crescimento do bolo é que se pode levar benefícios aos mais pobres (Righi, Pasche, & Akerman, 2006, p.11)”. Com isso entende-se o desenvolvimento não só como melhoria do capital econômico (fundamentos da economia, infraestrutura, capital comercial, capital financeiro, etc.) e do capital social (valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade).

Uma perspectiva que assume grande importância prática no contexto brasileiro diz respeito à existência de estratégias de desenvolvimento local. São iniciativas que visam propiciar transformação social, mobilizando potencialidades e recursos de uma determinada comunidade ou região, orientada para seu desenvolvimento econômico e social (Lourenço, 2003). Pode-se dizer que é um processo de desenvolvimento endógeno, pois enfatiza a mobilização de recursos latentes na região, privilegia o esforço de dentro para fora, visando favorecer a desconcentração de renda e adaptar os projetos às condições e necessidades locais. Nesse entendimento, o desenvolvimento local está atrelado ao combate da pobreza e redução das desigualdades em uma determinada região.

De um modo geral, seja qual for o ângulo do debate, no cerne da ideia de desenvolvimento está o dilema da desigualdade (Bose & Godói-de-Sousa, 2012). Não é objetivo deste artigo aprofundar ou esgotar esse debate, mas sim buscar evidências que permitam identificar quais elementos podem ser indicativos de que um grupo de pessoas, uma comunidade ou um território experimentam ou experimentaram processos de desenvolvimento social impulsionados ou fortalecidos pela ação de empreendimentos sociais no Brasil que vêm tendo expressiva atuação das mulheres.

2.2 Atuação da mulher em empreendimentos sociais sob a perspectiva do desenvolvimento social

Uma referência interessante para ilustrar a atuação feminina em empreendimentos sociais é o SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária), cujas informações mostram que os empreendimentos solidários brasileiros empregam 1.687.035 pessoas e, desse total, 63% são homens

e 37% são mulheres, muito embora esse número possa ser justificado pela grande concentração dos EES (Empreendimentos Econômicos Solidários) na produção agropecuária (41%). Nesse cenário, as atividades são mais orientadas para o público masculino. Nos EES, cuja participação feminina é maior, como, por exemplo, as organizações voltadas para a produção de artefatos artesanais, a concentração masculina é menor, apenas 17% do total, conforme verificado no banco de dados do SIES.

Costa (2006) relata que a partir do século XX, os movimentos feministas conquistaram outros espaços, antes exclusivamente masculinos. No arcabouço desses movimentos, houve a reivindicação de direitos, a criação de associações com objetivos de lutar por melhores condições e menores diferenças entre os gêneros, dentre outros. Todavia, estudos de Cappelle *et al.* (2006); Castells (2003); Giddens (2002) e também Piore e Sabel (1984), apesar de apontarem para o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, concomitantemente aos movimentos feministas a partir de 1970, defendem que ainda persiste a divisão de tarefas entre os gêneros, conforme a natureza de cada sexo.

Num recorte histórico, os empreendimentos sociais solidários foram criados a partir da união da sociedade civil sem fins lucrativos com instituições filantrópicas, conforme explica Andion (2005). A autora esclarece que a relação entre os membros dessas organizações não envolve laços de sangue e, sim, reciprocidade, vontade e engajamento para promover ações de interesse geral. Nessa arena, uma perspectiva interessante é apontada por Guérin (2005), complementando que, nesses empreendimentos, as mulheres têm participação maciça e, no geral, as organizações são voltadas para a produção de bens e a prestação de serviços. Muito embora, como afirma a autora, algumas vezes essa participação seja evidenciada não pela natureza do empreendimento social, mas sim, pela necessidade de atuação. Todavia, as mulheres possuem uma característica em comum: primam pela organização coletiva como forma de potencializar a geração de trabalho e renda, no intuito de buscar certa liberdade e independência econômica em relação aos homens.

Buscando mais reflexões acerca do tema, Guerra e Toledo (2010) reforçam as desigualdades nas relações de gênero em empreendimentos sociais. Os autores mostram que existe o

desenvolvimento de um conceito, pois muitas mulheres inseridas em organizações que geram trabalho e renda, lá estão não por opção, mas sim, por falta dela. Contudo, parece que encontram, nessa realidade, nos espaços nos quais se espera que prevaleçam valores como cooperação e solidariedade, a possibilidade de se (re) afirmarem como sujeitos, donas de suas próprias vidas. Todavia, os autores ainda indicam uma dificuldade por parte das mulheres, qual seja, conquistar relações mais harmônicas entre gêneros. Essa dificuldade se potencializa quando essas relações incluem as de âmbito familiar, no entanto, parece que há um caminho a percorrer com possibilidades de transformação dessas relações.

O retrato de desequilíbrio nessas relações, projeta a visão de Kaloustian (2000) que se valeu da contemporaneidade do século XXI para declinar sobre a modificação dos arranjos familiares, tornando muitas mulheres chefes de famílias, tanto no meio urbano como no rural. Costa (2006) expõe a participação feminina no campo político, afirmando que as mulheres conquistaram mais espaço, criando por um lado, maneiras de atuar de forma mais influente, porém conservadora, e por outro lado, o surgimento de espaços em que o profissionalismo e a qualificação se tornaram influenciadores sócio-políticos.

Faria, Silveira e Nobre (2007), complementam que as questões de gênero e a participação das mulheres no contexto social, devem se apoiar na perspectiva econômica, que serve como pano de fundo para a reordenação de práticas. Assim, perante um ponto de vista, a discussão sobre gênero deve ser foco de espaços direcionados à reflexão de práticas que minimizem as desigualdades e a exclusão da mulher no campo do trabalho, seja ele qual for. Sob outra perspectiva, Penko (2010) ilustra que o desenvolvimento social faz parte da evolução das transformações sociais, que envolvidas num contexto socioeconômico, produzem a materialização da vida concreta, a partir do bem-estar do homem. Em outras palavras, o desenvolvimento faz parte da somatória de elementos, que em conjunto, produzem a interdependência necessária para a harmonização e reforço do potencial presente e futuro.

Nesse sentido, é imprescindível buscar alternativas que permitam uma participação mais abrangente das mulheres no contexto econômico-social e que favoreçam qualquer parte dos empreendimentos sociais, que estabeleçam

autogestão e produtividade como focos principais.

3 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa porque traduz em números, opiniões e informações, utilizando recursos e técnicas estatísticas (Richardson, 1999). Nesta abordagem, foram analisados os dados levantados sobre a realidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que atuam no Brasil, disponibilizados no Banco de Dados elaborado pela SENAES/MTE.

O mapeamento sobre os EES no Brasil começou a ser realizado em 2004. Todavia, os primeiros dados foram publicados em 2006, com 14.950 empreendimentos pesquisados, constituindo a primeira base do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Em 2007, o banco de dados foi ampliado com visita a mais 6.905 empreendimentos, totalizando 21.858 EES, em todas as unidades da federação, abrangendo 48% dos municípios brasileiros e envolvendo cerca de 1 milhão e 650 mil homens e mulheres.

Como o gênero é base para este estudo, optou-se por excluir da amostra empreendimentos cujos sócios fossem pessoas jurídicas. Assim, a base final para análise foi composta por 21.637 empreendimentos. Com as informações disponibilizadas nesse banco de dados, esta pesquisa se limitou a avaliar a descrição estatística das categorias elaboradas a partir da literatura consultada. As análises se concentraram na avaliação da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil e suas vivências e perspectivas em relação ao desenvolvimento social. Para tanto, os empreendimentos foram classificados segundo a participação das mulheres na sociedade e o resultado é ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1. Classificação dos empreendimentos pela participação de mulheres na sociedade

Quantidade de Participação da Mulher	Empreendimentos	%
Sem Mulheres (0%)	2.053	9,5
Baixa Participação das Mulheres (Até 40%)	6.781	31,3
Participação Equilibrada das Mulheres (De	4.934	22,8
Alta Participação das Mulheres (Acima de	3.994	18,5
Exclusivamente Mulheres	3.875	17,9
Total	21.637	100,0

Fonte: Banco de dados do SIES.

Ao analisar os dados da Tabela 1 e da Tabela 2, observa-se que, embora a participação média das mulheres nas sociedades seja de 50%, a participação total das mulheres nas sociedades é de apenas 29,13%, representando 630.382 mulheres. Isto se dá pelo fato de que as mulheres estão muito mais presentes nas sociedades de pequenos empreendimentos enquanto os homens estão mais presentes na sociedade de empreendimentos de maior porte. Esses dados se distanciam do que a literatura sinaliza sobre uma maior participação de mulheres em relação aos homens atuando no Terceiro Setor. Nesse caso, acredita-se que isso ocorre por se tratar de associações produtivas, voltadas para a geração de rendas as quais podem, provavelmente, ser constituídas em sua maioria por homens.

Tabela 2. Participação das mulheres na sociedade dos empreendimentos e no trabalho

	Sócios			Sócios que Trabalham no Empreendimento		
	A Total	B Homens	C Mulheres	D Total	E Homens	F Mulheres
Qtd.	21.637	21.637	21.637	21.637	21.637	21.637
Média	77,99	48,86	29,13	22,37	12,32	10,05
Mediana	25,00	13,00	10,00	9,00	2,00	3,00
Mínimo	1	0	0	0	0	0
Máximo	31.980	25.000	14.391	1.684	999	960
Total	1.687.496	1.037.114	630.382	484.006	266.567	217.439

Fonte: Banco de dados do SIES.

Apesar do grande número de sócios, apenas 29% (484.006) deles, trabalham no empreendimento, sendo que em 50% dos empreendimentos (mediana) tem até dois homens trabalhando e nos outros 50%, mais de dois homens trabalhando e em 50% dos empreendimentos até três mulheres trabalhando e nos outros 50%, mais de três mulheres trabalhando. De forma relativizada, a proporção de mulheres sócias que trabalham nos empreendimentos (35% - 217.439) é superior à proporção dos homens (25% - 266.567).

Estes indicadores podem representar a reprodução de problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho capitalista, onde as organizações de porte maior também são dominadas pelos homens. Entre as variáveis que podem justificar esse fenômeno, tem-se a tendência histórica de serem considerados espaços de atividades masculinas, evidenciando assim, a dificuldade das mulheres ocuparem espaços de direção nesses empreendimentos. Contudo, percebe-se a mulher assumindo cada vez mais um papel de geradora de renda, contribuindo para o desenvolvimento das sociedades em que estão inseridas.

Para análise dos dados utilizou-se estatística

descritiva e estatística inferencial com o intuito de criar uma visão geral dos dados obtidos. Mais especificamente, foram utilizadas médias, medianas, análises de frequências, testes para diferença de proporção e representação gráfica, como forma de resumir uma grande quantidade de dados e mostrar seu comportamento. Para testar a significância, utilizou-se o teste Qui-quadrado para diferença de proporções com significância de 5% e todas as afirmações e constatações utilizadas neste trabalho, foram estatisticamente significantes.

As categorias e os indicadores construídos neste trabalho, buscaram explorar ao máximo as informações contidas na Base de Dados sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). No entanto, talvez essa escolha não seja, necessariamente, a melhor opção do ponto de vista conceitual, pelo fato da necessidade de adaptação aos dados já disponíveis na Base de Dados. Esse fato retrata um limite desta pesquisa, contudo não compromete os resultados da mesma, pois tais categorias e seus indicadores mostraram-se relevantes.

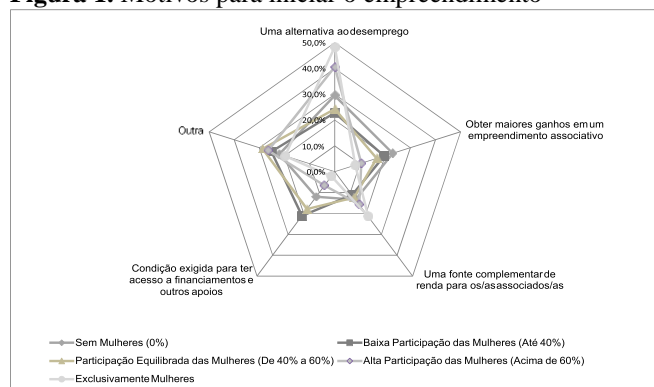
4 Análise, resultados e discussão

Os empreendimentos sociais mapeados entre os anos de 2005 e 2007 estão distribuídos pelas regiões do Brasil nas seguintes proporções: região Nordeste (9.466 - 44%), Sudeste (3.873 - 18%), Sul (3.526 - 16%), Norte (2.628 - 12%) e Centro-Oeste (2.144 - 10%). Boa parte deles teve seu início na década de 1990 com gradativa expansão a partir dos anos 2000. Quando analisamos os empreendimentos com alta participação de mulheres sócias ou que sejam exclusivamente compostos por mulheres sócias, observa-se que, apesar do Nordeste concentrar a maior parte destes empreendimentos (1.536 - 39% e 1.251 - 32% respectivamente), estes números estão abaixo da proporção geral de empreendimentos nesta região (44%). A região Sudeste, proporcionalmente, concentra mais empreendimentos desta natureza (1.061 - 27% e 1.087 - 28% respectivamente), que sua proporção geral de empreendimentos (18%).

De acordo com os dados da pesquisa, 6.709 (31,6%) das iniciativas em empreender foram motivadas em primeiro lugar, pela construção de alternativas ao desemprego. Entretanto, quando se observa a Figura 1, esta alternativa ganha destaque entre os empreendimentos que têm somente mulheres como sócias (48,4%) ou que, na

composição do quadro de sócios, tenham a predominância de mulheres (40,5%). Em seguida, visualiza-se a opção de complemento da renda dos sócios em empreendimentos que tenham somente mulheres como sócias (21,5%) e com predominância de mulheres (16%). As iniciativas em empreender mudam substancialmente em empreendimentos cuja sociedade é composta na sua maioria ou exclusivamente por homens, conforme se observa na Figura 1.

Figura 1. Motivos para iniciar o empreendimento



Fonte: Banco de dados do SIES.

Os dados da Tabela 3 indicam que mais da metade dos empreendimentos (11.193 – 51,7%) organizaram-se na forma de associações, 7.946 (36,7%) em grupos informais, 2.073 (9,6%) em cooperativas e 422 (2%) estão distribuídos entre empresas autogestionárias, redes/centrais e outras formas. Ao observarmos estes mesmos dados por categoria de participação da mulher na sociedade, percebe-se que nas associações constituídas somente por mulheres, foi expressiva a quantidade de iniciativas que ainda permanece na informalidade (2.921 - 75,4%).

Tabela 3. Forma de organização do empreendimento

Forma de Organização	Composição do Quadro Societário											
	Sem Mulheres (0%)		Baixa Participação das Mulheres (De 40% a 60%)		Participação Equilibrada das Mulheres (De 40% a 60%)		Alta Participação das Mulheres (Acima de 60%)		Exclusivamente Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Grupo Informal	775	37,7%	1.085	16,0%	1.298	28,3%	1.887	46,7%	2.021	75,4%	7.946	36,7%
Associação	1.047	51,0%	4.635	68,4%	3.133	63,5%	1.824	40,7%	754	19,5%	11.193	51,7%
Cooperativa	187	9,1%	993	14,1%	398	8,0%	400	10,0%	137	3,5%	2.073	9,6%
Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada	10	0,5%	14	0,2%	11	0,2%	12	0,3%	6	0,2%	53	0,2%
Sociedade Mercantil em Nome Coletivo	6	0,3%	15	0,2%	12	0,2%	9	0,2%	8	0,2%	50	0,2%
Sociedade Mercantil de Capital e Indústria	16	0,8%	38	0,6%	54	1,1%	50	1,3%	30	0,8%	188	0,9%
Outra	12	0,6%	41	0,6%	30	0,6%	32	0,8%	19	0,5%	153	0,7%
Total	2.053	100,0%	6.761	100,0%	4.934	100,0%	3.984	100,0%	3.874	100,0%	21.638	100,0%

Fonte: Banco de dados do SIES.

Tudo indica que essa atuação na informalidade tem dificultado o desenvolvimento desses empreendimentos, além de comprometer as condições necessárias à continuidade deles. Isso porque, ao não se formalizarem, tais iniciativas não conseguem viabilizar, entre outros benefícios, o acesso ao crédito financeiro, que representa uma

possibilidade de mudar a situação de precariedade em que tais empreendimentos se encontram. Ao saírem da condição de Grupo Informal, vislumbra-se uma perspectiva de valorização do trabalho feminino para que ganhem mais autonomia e representatividade, ajudando assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas (Cardoso & Teodósio, 2012).

Observa-se na Tabela 4, que quase a metade dos empreendimentos (48,4%), ou seja, 10.450 dos EES atuam exclusivamente na área rural, enquanto 7.482 (34,7%) atuam exclusivamente na área urbana e 3.647 (16,9%) têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Contudo, nos negócios com predominância de mulheres na sociedade ou exclusivamente de mulheres, a atuação é majoritariamente urbana.

Tabela 4. Área de atuação do empreendimento

Área de Atuação	Composição do Quadro Societário											
	Sem Mulheres (0%)		Baixa Participação das Mulheres (Até 40%)		Participação Equilibrada das Mulheres (De 40% a 60%)		Alta Participação das Mulheres (Acima de 60%)		Exclusivamente Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rural	1.073	62,3%	4.514	68,7%	3.117	63,5%	1.000	25,1%	740	19,3%	10.450	48,4%
Urbana	542	26,4%	970	14,3%	1.040	21,2%	2.282	57,9%	2.648	68,5%	7.482	34,7%
Rural e Urbana	435	21,2%	1.265	19,0%	753	15,3%	700	17,6%	474	12,3%	3.647	16,9%
Total	2.050	100,0%	6.789	100,0%	4.910	100,0%	3.982	100,0%	3.868	100,0%	21.579	100,0%

Fonte: Banco de dados do SIES.

Cabe ressaltar o importante papel desempenhado pelas mulheres camponesas, cujos negócios compostos unicamente por mulheres e exclusivamente rurais representam 19,3% deste grupo. Outro dado que evidencia essa relevância, pode ser observado nos empreendimentos mistos (rural e urbano), onde atividades conduzidas somente por mulheres representam 12,3% do total. Em iniciativas cuja sociedade é composta em sua maioria por mulheres, estes números destacam ainda mais este papel, sendo que os grupos têm representação de 25,1% (rural) e 17,6% (rural e urbano).

Ao analisar estes dados, levando-se em conta o tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento conforme apresentado na Tabela 5, verifica-se que os negócios com predominância de mulheres sócias ou exclusivamente de mulheres, desenvolvem atividades que justificam a sua predominância urbana, pois sobressaem atividades de produção de artefatos artesanais, têxtil e confecção e de alimentos e bebidas.

Tabela 5. Tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento

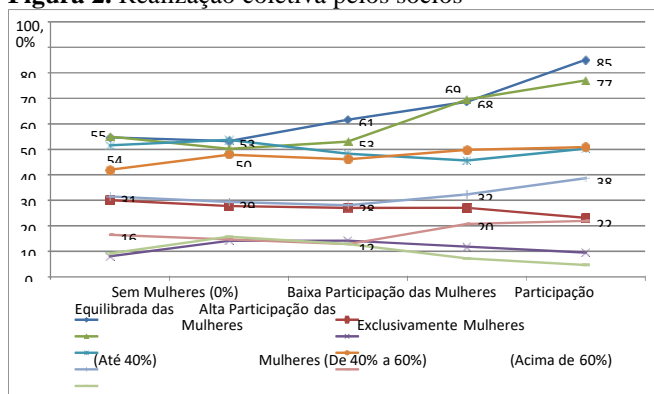
Tipo de Atividade	Composição do Quadro Societal											
	Sem Mulheres (0%)		Baixa Participação das Mulheres (Até 40%)		Participação Equilibrada das Mulheres (De 40% a 60%)		Alta Participação das Mulheres (Acima de 60%)		Exclusivamente Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (VAREZES)	209	13,3%	485	1,4%	315	8,8%	266	8,7%	87	2,3%	1.261	8,8%
PRODUÇÃO AGRÍCOLA, EXTRATIVISMO E PESCA	559	48,7%	4.113	62,6%	2.558	52,5%	704	18,5%	231	6,1%	8.515	40,8%
PRODUÇÃO DE ARTIFATOS ARTESANAIS	175	8,9%	254	3,9%	428	9,0%	1.325	34,8%	1.453	38,8%	3.635	17,4%
PRODUÇÃO DE FOTOFÁRMACOS, LIMPEZA E HIGIENE	27	1,4%	19	0,3%	39	0,8%	154	2,7%	158	4,2%	340	1,6%
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS	309	15,7%	1.193	18,2%	966	20,2%	563	14,8%	546	14,5%	3.577	17,1%
PRODUÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS	49	2,5%	92	1,4%	91	1,9%	44	1,2%	37	1,0%	313	1,5%
PRODUÇÃO INDUSTRIAL(DIVERSOS)	64	3,3%	137	1,9%	74	1,5%	72	1,9%	49	1,3%	366	1,8%
PRODUÇÃO MINERAL(DIVERSA)	6	0,3%	10	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	1	0,0%	17	0,1%
PRODUÇÃO TEXTIL E CONFECÇÃO	87	4,4%	71	1,1%	185	3,9%	801	19,8%	1.188	31,6%	2.132	10,2%
SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS	9	0,5%	92	1,4%	107	2,2%	118	3,1%	10	0,3%	336	1,6%
SERVIÇOS RELATIVOS A CRÉDITO E FINANÇAS	17	0,9%	121	1,8%	63	1,3%	21	0,6%	3	0,0%	225	1,1%
Total	1.568	100,0%	8.870	100,0%	4.777	100,0%	3.808	100,0%	2.763	100,0%	20.888	100,0%

Fonte: Banco de dados do SIES.

Estes indicadores podem retratar a reprodução de problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho capitalista (Cappelle *et al.*, 2006; Castells, 2003; Giddens, 2002; Piore & Sabel, 1984) em que ainda persiste a divisão de tarefas entre os gêneros, conforme a natureza de cada sexo.

Um dado que chama a atenção é o que os sócios realizam de forma coletiva. Conforme apresentado na Figura 2, à medida que aumenta a proporção de mulheres na sociedade dos empreendimentos, aumenta a intensidade de realizações coletivas pelos sócios, excetuando apenas a poupança, crédito e prestação de serviços que são maiores em negócios dominados pelos homens.

Figura 2. Realização coletiva pelos sócios



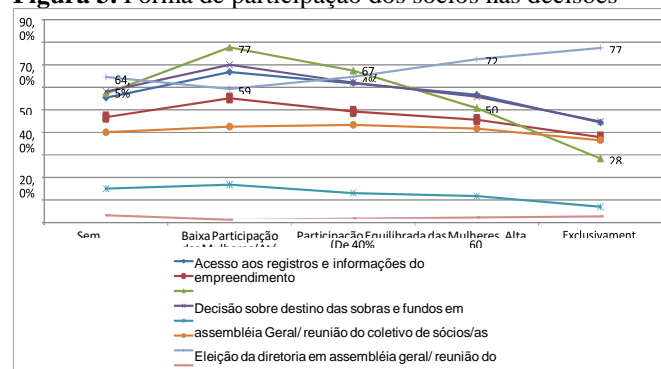
Fonte: Banco de dados do SIES.

Quando se leva em conta os dramas e as tramas culturais que expõem a condição das mulheres brasileiras quando se põem em busca da emancipação (Nobre, 2003), é possível compreender porque as atividades ligadas à produção e comercialização, por exemplo, são realizadas por meio do trabalho mais coletivo nas iniciativas que possuem um número maior de mulheres sócias, enquanto que, a poupança e crédito são atividades realizadas coletivamente em empreendimentos que predominam os homens. Para Godói-de-Sousa (2010), o coletivo, no âmbito desses empreendimentos, articula-se com as

diferentes percepções e valores que configuram o cotidiano de cada um dos associados. Isso pode implicar que atitudes, como o ato de compartilhar responsabilidades e atribuições, que requer das pessoas doses de confiança e comprometimento – características que conformam a prática do associativismo – sejam percebidas de forma diferenciada pelas diversas pessoas envolvidas, nesse caso, homens e mulheres. Guérin (2005) ressalta que as mulheres buscam mais uma organização coletiva, como forma de potencializar a geração de trabalho e renda, na expectativa de alcançarem certa independência econômica em relação aos homens.

Os dados apresentados na Figura 3 sugerem que nas organizações com predominância das mulheres na sociedade ou exclusivamente de mulheres, a participação dos sócios nas decisões é menor quando comparado às outras categorias de empreendimentos, excetuando-se a participação nas decisões cotidianas do negócio.

Figura 3. Forma de participação dos sócios nas decisões



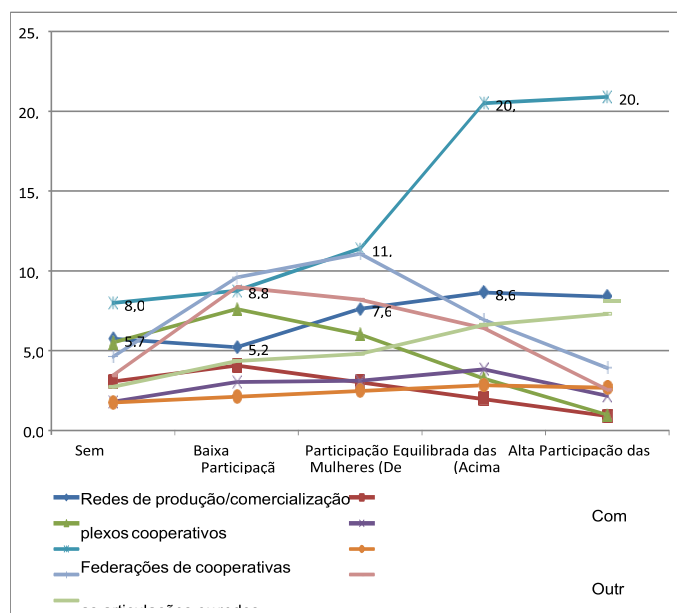
Fonte: Banco de dados do SIES.

De acordo com Godói-de-Sousa (2010), para que tais empreendimentos sociais se desenvolvam e tenham perenidade é necessário existir planejamento com a participação de todos os envolvidos. Os dados desta pesquisa revelaram que na prática isso não vem ocorrendo em grande parte dessas iniciativas, principalmente, naquelas com exclusividade ou predominância das mulheres na sociedade. Há evidências de que as lideranças dedicam maior atenção às atividades técnicas que às administrativas, ou seja, atuam mais no nível de produção e comercialização. Conforme apresentado na Figura 4, as organizações com predominância ou exclusividade de mulheres sócias, participam de forma acentuada de fóruns ou redes de economia solidária, redes de produção/comercialização e ONGs, igrejas,

pastorais, etc., quando comparadas aos outros grupos de empreendimentos.

Fischer (2002) reforça a importância do estabelecimento de parcerias e redes ou fóruns de articulação, ao apontar que a capacidade de desenvolvimento dos empreendimentos sociais depende, cada vez mais, das suas relações intersetoriais. Para essa autora, os projetos sociais, realizados por meio de alianças, têm melhores condições de obterem resultados concretos. Por serem propostas que se mostram mais complexas e que apresentam uma abrangência muito ampla, dificilmente alcançam resultados significativos se realizados apenas por um grupo empreendedor.

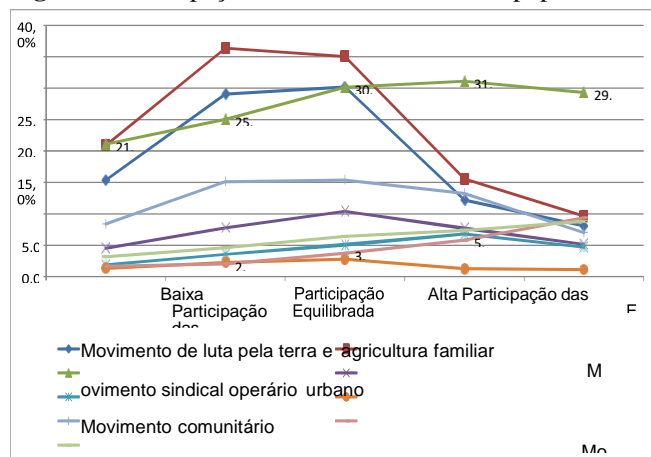
Figura 4. Participação em rede ou fórum de articulação



Fonte: Banco de dados do SIES.

Os dados apresentados na Figura 5 mostram a forte participação das mulheres em movimentos comunitários.

Figura 5. Participação em movimento social e popular



Revista de Negócios, v. 22, n. 4, p. 7-18, October, 2017.

Fonte: Banco de dados do SIES.

Essa participação dos empreendimentos com predominância ou exclusividade de mulheres sócias em movimentos comunitários, revela que elas não se limitam apenas aos seus membros internos, mas voltam-se para questões que estão no seu entorno ou na sociedade mais ampla.

Por fim, o mapeamento mostrou uma maior precariedade ou fragilidade dos negócios com predominância de mulheres na sociedade (47%) ou nos empreendimentos que só tenham mulheres como sócias (49%). Esta fragilidade pode ser constatada quando se analisa a situação da sede ou local de funcionamento das atividades empreendedoras onde praticamente a metade desses ambientes, estão nesta condição, contra 36% em média, das demais categorias. Outro aspecto observado, é que as atividades com predominância ou exclusividade de mulheres sócias utilizam mais equipamentos arrendados (23% e 27% respectivamente), contra 16%, em média das outras categorias. Ademais, a utilização de doações para iniciar as atividades do empreendimento corresponde a 26% e 30% respectivamente, contra uma média de 17% das categorias que não tem prevalência de mulheres na sociedade.

Observou-se, portanto, que a dimensão econômica destes empreendimentos apresenta um caráter restrito no plano dos recursos materiais mobilizados. Esta constatação está de acordo com a afirmação de França Filho e Laville (2004) para quem o alcance deste tipo de iniciativa, na maioria dos casos, não consegue ir além do plano da sobrevivência desses grupos. Para os referidos autores, tais empreendimentos, ao agirem apenas nos circuitos populares da economia, marcados pela pobreza das condições de vida, funcionando em condições precárias, dificilmente conseguem ir além da geração de renda apenas para os seus membros diretamente envolvidos. Quando o ideal seria gerar ocupação e renda também para a própria comunidade, ativando um circuito de relações de troca, produção e consumo de bens e serviços que pudesse reforçar a cadeia socioprodutiva local.

5 Conclusão

A literatura tem apontado que a atuação das mulheres em empreendimentos sociais, a partir das atividades geradoras de renda, abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios

de produção, com as mesmas chances que os homens, mediante a propriedade coletiva. A ideia de solidariedade e coletividade, em contraposição ao individualismo, é comum em diversas abordagens que referenciam a presença feminina em empreendimentos sociais no Brasil. Entretanto, na prática, apesar dos avanços da atuação da mulher nesses empreendimentos, os resultados desta pesquisa evidenciaram significativos limites para a integração de ações e a efetividade dos resultados em prol da proposta de desenvolvimento social com base no equilíbrio econômico, social e político.

Na dimensão econômica, foi verificado que em 48,4% dos empreendimentos sociais que possuem somente mulheres como sócias, a iniciativa de empreender foi motivada pela necessidade de superar o desemprego. Quando a análise é feita para o grupo que na composição do quadro societário, possui a predominância de mulheres, o desemprego foi o estímulo responsável em 40,5% dos casos. Portanto, os elementos motivadores para esses grupos de mulheres, são orientados essencialmente, pela necessidade de gerar renda em função do atendimento imediato das necessidades básicas das associadas envolvidas, que são mulheres inseridas nos estratos socioeconômicos mais baixos da estrutura social brasileira.

O mapeamento mostrou ainda, que a maior parte desses empreendimentos encontra-se em estado de vulnerabilidade e precariedade, com um baixo nível de estruturação interna e pouca articulação externa. Há ainda, dificuldades de uma cooperação entre os próprios empreendimentos sociais, principalmente, aqueles que possuem a maioria masculina em sua composição societária. Com estes limites, mal conseguem gerar renda para aqueles diretamente envolvidos, muito menos para a comunidade na qual se inserem, com vistas ao desenvolvimento local.

Para a dimensão social, é possível supor que as iniciativas com predominância de mulheres na sociedade ou aquelas que só tenham mulheres como sócias, têm demonstrado uma tendência de desenvolvimento de novas formas de solidariedade. Em outras palavras, o foco dos empreendimentos sociais parece ser o de combinar o laço social voluntário que une cidadãos livres e iguais (França Filho & Laville, 2004) com a educação e a conscientização para a cidadania ativa, capaz de engendrar ações transformadoras

que resultem na diminuição das desigualdades e da exclusão social. Isso é evidenciado pela participação expressiva desses empreendimentos em movimentos sociais voltados para questões que estão no entorno da sociedade mais ampla. Isso mostra um alinhamento teórico com o argumento de Quintão (2004), para o qual os empreendimentos sociais emergem com um potencial de intervenção capaz de criar um valor social superior. Todavia, faltam ainda respostas eficazes e eficientes às situações cotidianas marcadas pelas relações de poder, pela hierarquia e pelos conflitos que também permeiam a realidade desses projetos sociais.

Na dimensão política, apesar da vocação maior dessas práticas organizativas ser a produção de renda aos seus associados, nas organizações com predominância ou exclusividade de mulheres como sócias, há também ações que visam o enfrentamento de problemáticas específicas, numa perspectiva de institucionalização de direitos. Porém, ainda é pequena a capacidade que essas iniciativas possuem de chamar atenção para as necessidades sociais mais gerais por meio de suas ações, restringindo-se a uma dimensão comunitária local.

Essas constatações levam, portanto, à conclusão de que tais iniciativas com predominância de mulheres como sócias têm como um dos principais desafios, criar contextos favoráveis a uma organização socioeconômica e política de mulheres que compartilham mais carências que recursos para a construção e manutenção de um projeto associativo. Conclui-se ainda, que para o desenvolvimento social na perspectiva da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil, é evidente a necessidade de instaurar arranjos organizacionais que proporcionem o fortalecimento de atividades de formação integral das sócias, privilegiando habilidades comunicacionais, sensibilidade e atitudes de solidariedade e respeito aos valores da população local. Além disso, a clareza e a identificação pessoal das gestoras e das sócias com relação ao projeto ético-político emancipatório mostra-se relevante. Desafio este, que está longe de ser singelo, pois demanda um rompimento com o legado histórico de subordinação da mulher, que levou ao abismo ainda existente, dentro da classe trabalhadora, entre o contingente masculino e o feminino.

6 Implicações e pesquisas futuras

Este artigo buscou aprofundar o debate sobre o dilema da desigualdade entre gêneros no Brasil e encontrar evidências que permitam identificar quais elementos podem ser indicativos de que um grupo de pessoas, uma comunidade ou um território alcançaram desenvolvimento social, impulsionados pela ação de empreendimentos com expressiva atuação das mulheres.

O presente trabalho apresenta limitações com relação à análise de caráter amplo e genérico, que apesar de abranger todo o território do Brasil e apresentar uma análise por regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), não consegue apontar com maior precisão, locais e setores que apresentam as maiores discrepâncias entre gêneros.

Assim sendo, pesquisas futuras que contemplem análises setoriais ou que apresentem um diagnóstico por unidades federativas, podem contribuir para identificar de forma mais pontual, localidades e setores da economia que devem ser priorizados em planos e ações que visem reduzir os contrastes entre gêneros de forma mais célere na sociedade brasileira.

A originalidade deste trabalho, pode ser expressa pela análise abrangente de mais de 21.000 empreendimentos que envolvem mais de um milhão e meio de pessoas, além de conseguir identificar a dimensão de atuação das mulheres nos empreendimentos sociais brasileiros. Enfim, este trabalho contribui com um debate em curso que busca alternativas para os limites de atuação das mulheres num contexto mais amplo de desenvolvimento social, que possa promover inclusão social equitativa, justa e humanizada.

Referências

Andion, C. (2005). A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), 79-101.

Azevedo, S. R. S., Garcia, L. G., Franch, M., & Santiago, I. (2008). Mulheres na construção de ações empreendedoras na zona rural de João Pessoa desenvolvida na Região do Baixo Gramame, João Pessoa, Paraíba. In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis

Bose, M., & Godói-de-Sousa, E. (2012). Empreendedorismo social e desenvolvimento social: desafios e oportunidades. VI ENAPEGS, 1-18.

Cappelle, M. C. A., Brito, M. J., Melo, M. C. O. L., & Vasconcelos, K. A. (2006). A produção científica sobre gênero na Administração: uma meta-análise. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD - Salvador, 30.

Cardoso, F. L., & Teodósio, A. S. S. (2012). Relações de gênero e economia popular solidária: análise de um caso em um assentamento rural. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 10(2).

Castells, M. (2003). O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. Cap. 4. In Castells, M. *O poder da identidade*. V.II. Tradução de Alexandra Lemos e Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.167-292.

Costa, A. A. A. (2006). O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção pública. In: Melo, H. P.; Piscitelli, A.; Maluf, S. W.; Puga, V. L. (org). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, p. 49-80.

Faria, N., Silveira, M. L., & Nobre, M. (2007). Escolhas políticas: Desafios para a incorporação de gênero às práticas das ONGs. *Perspectivas de gênero*, 176. Debates e questões para as ONGs. Parte I. O gênero nos contextos de intervenção das ONGs. *Cadernos Sempreviva*, São Paulo, SOF, 2007. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/generoweb/nalu.htm>> Acesso em: 15 dez. 2011.

Fischer, R. M. (2002). O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor. São Paulo: Ed. Gente. (2011) *Empreendedorismo social: apontamentos para um debate*. In: Centro Ruth Cardoso (org.). *Políticas sociais: ideias e prática*. São Paulo: Ed. Moderna.

França Filho, G. C., & Laville, J. L. (2004). *A Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*.

Zahar.

Godói-de-Sousa, E. (2010). O processo sucessório em associações produtivas no Brasil: estrutura, desafios e oportunidades (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo).

Guérin, I. (2005). As mulheres e a economia solidária (As). Edições Loyola.

Guerra, A.C., & Toledo, D.A.C. (2010). Economia solidária e relações de gênero: analisando uma nova relação de trabalho. In: EnANPAD, 34. Rio de Janeiro, RJ.

Kaloustian, S. M. (2000). Família Brasileira a base de tudo. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF.

Lourenço, M. S. M. (2003). Trabalho pleno: construção do desenvolvimento local. Sobral: Edições UVA.

Nobre, M. (2003). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF.

Nogueira, C. M. (2004). A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Autores Associados.

Penko, C. (2010). Desenvolvimento Local: problematizando a perspectiva proposta pela Nova Economia Institucional. Revista ORG & DEMO, 11(1), 49-66.

Piore, M. J., & Sabel, C. F. (1984). The second industrial divide: possibilities for prosperity. Basic books.

Quintela, S. (2006). Economia feminista e economia solidária: sinais de outra economia. Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

Quintão, C. (2004). Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. Seminário Trabalho Social e Mercado de Emprego, Painel Políticas Sociais e Mercado de Emprego. Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

RDH (2013). Relatório do Desenvolvimento Humano: A Ascensão do Sul: Progresso humano

num mundo diversificado. PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200012/>> Acesso em 19 dez. 2016.

Richardson, R. J. (1999.). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Righi, L.B., Pasche, D.F., & Akerman, M. (2006). Saúde e desenvolvimento: interconexões, reorientação dos serviços de saúde e desenvolvimento regional. Santo André, SP. Disponível em <http://portal.saude.gov/portal/arquivos/pdf/avaliacao_saude_desenvolvimento.pdf>. Acesso em 26 ago. 2012.

Sachs, I. (2004). Desenvolvimento incluído, sustentável, sustentado. Editora Garamond.

Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. Estudos Feministas, 15(2), 437-443.

Vale, G. M. V., Serafim, A. C. F., & Teodósio, A. S. S. (2011). Gênero, imersão e empreendedorismo: sexo frágil, laços fortes? Revista de Administração Contemporânea, 15(4), 631-649.

Veiga, J. E. (2005). Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Editora Garamond.